
	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: 0404/2026
	TERMO DE REFERÊNCIA (X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO		
			FOLHA: _____ RÚBRICA: _____

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

1.1. Descrição do objeto: **Aquisição de cortador de grama em atendimento a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.**

1.2 – O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço unitário.

2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E QUANTITATIVOS:

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quantidade	Catmat	Marca de referência
01	Cortador de Grama	Unidade	04	607524	

Item	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
01	Refrigeração: Refrigerado a ar Cilindros: Monocilíndrico Tipo do Motor: 4 Tempos Potência Máxima: 7.5 HP Cilindrada: 224 cc Capacidade do Tanque: 1.2 l Capacidade do Óleo: 0.4 l Rotação Máxima: 3600 RPM Sistema de Partida: Partida Elétrica Largura de Corte: 560 mm Níveis de Regulagem de Altura: 07 Bolsa coletora capacidade 60 litros

2.1. ENQUADRAMENTO DOS BENS

2.1.1. Os equipamentos a serem adquiridos são classificados como bem comum, nos termos do art. 2º, inciso XXXII, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de itens cujas especificações seguem padrões usuais de mercado, permitindo a definição objetiva de desempenho e qualidade no edital.

Por não apresentarem alta complexidade, são amplamente disponíveis e de fácil comparação entre fornecedores. Essa classificação viabiliza a adoção de procedimento licitatório simplificado, justificando, assim, a escolha pelo modelo de aquisição de bens comuns.

Nos termos do Decreto Municipal nº 087/2023, ressalta-se, ainda, que não há bens de luxo entre os itens a serem adquiridos, conforme o disposto no inciso I do mesmo dispositivo.

2.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 e do Decreto Municipal nº 087/2023.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

3.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): O prazo do contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.



3.2. Prorrogação do Contrato. Não haverá prorrogação contratual.

3.3. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): Não haverá previsão de reajuste.

4. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1. **Interesse público:** A presente demanda atende ao interesse público, uma vez que a aquisição do cortador de grama a gasolina é essencial para a manutenção regular das áreas verdes, campos esportivos e espaços públicos sob responsabilidade do Município, garantindo condições adequadas de uso pela população.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: 0404/2026
			FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
<p align="center">(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

A conservação desses espaços contribui diretamente para a segurança dos usuários, prevenindo acidentes causados por vegetação excessiva, proliferação de animais peçonhentos e focos de insetos transmissores de doenças, além de favorecer a saúde pública e o bem-estar coletivo.

Destaca-se ainda que a utilização de equipamento próprio pela Administração promove a economicidade, reduzindo gastos com contratações recorrentes de serviços terceirizados, bem como assegura maior eficiência e continuidade na execução dos serviços de roçada e manutenção, atendendo aos princípios da eficiência, legalidade e razoabilidade que regem a Administração Pública.

Dessa forma, a aquisição do equipamento revela-se medida necessária e conveniente, alinhada às necessidades operacionais do Município e voltada à preservação do patrimônio público, à melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população e ao atendimento do interesse coletivo.

4.2. Metodologia do Quantitativo: Levantamento realizado pela Secretaria de Esporte e Lazer, onde observou-se a necessidade dos equipamentos de cada campo de futebol.

4.3. Justificativa do Quantitativo Solicitado

Os quantitativos definidos para a presente contratação foram estabelecidos com base no levantamento das necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, visando atender de forma adequada e eficaz à demanda existente para a manutenção das áreas esportivas sob sua responsabilidade.

A definição do quantitativo não se fundamenta em metodologia exclusivamente matemática ou estatística, mas na peculiaridade do objeto, que consiste na aquisição de cortador de grama a gasolina, equipamento de uso contínuo e essencial à execução das atividades de conservação e manutenção dos campos de futebol e demais áreas esportivas do Município, conforme a real necessidade de cada unidade atendida.

Dessa forma, os quantitativos definidos mostram-se suficientes, razoáveis e compatíveis com a demanda identificada, garantindo a continuidade dos serviços, a eficiência operacional e a adequada utilização dos recursos públicos, em consonância com o disposto no art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, bem como com os princípios da economicidade, do interesse público e da boa gestão administrativa.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)



5.1. Estudo Técnico Preliminar nº 13/2026 (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21).

5.2. DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

5.2.1. A aquisição do equipamento justifica-se pela necessidade de manutenção contínua e adequada das áreas verdes e campos esportivos do município, visando garantir segurança, conservação dos espaços públicos e eficiência nos serviços executados pelas equipes operacionais. O cortador especificado apresenta potência, tração e capacidade compatíveis com a demanda de uso frequente e áreas extensas.

A contratação possui caráter preventivo e corretivo, atendendo às demandas atuais e à ampliação dos serviços, de modo a assegurar a continuidade do serviço público, a eficiência da gestão e o atendimento ao interesse público.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 0404/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

6.1. A quantidade irá atender a sede e aos distritos, fazendo manutenções nos campos de futebol, e ao redor das quadras poliesportivas, garantindo melhorias nos serviços prestados e consequentemente daremos mais segurança a todos os que utilizarem os espaços para práticas esportivas.

A metodologia utilizada se refere ao levantamento das necessidades existentes na Secretaria, dando melhores condições de trabalho aos seus servidores.

6.2. A contratada deverá fornecer garantia de, no mínimo, 30 dias dos materiais fornecidos a contar da data de recebimento definitivo do objeto.

6.3. As despesas de fornecimento aqui citadas deverão ser por conta da contratada, sem qualquer ônus para a contratante.

6.4. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida garantia de execução contratual.

6.5. Garantia e/ou Assistência Técnica (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de todas as informações técnicas necessárias à correta instalação, operação e utilização do cortador de grama a gasolina, objeto da presente contratação.

Os equipamentos deverão ser novos, de primeira qualidade, e acompanhados de **garantia mínima de 12 (doze) meses**, contados a partir da data do recebimento definitivo, cobrindo eventuais defeitos de fabricação, falhas de funcionamento e vícios de qualidade.

Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar assistência técnica adequada, diretamente ou por meio de rede autorizada, sem ônus adicional para a Administração, de modo a garantir a plena funcionalidade, segurança e desempenho dos equipamentos, observadas as condições estabelecidas pelo fabricante.

Sempre que necessário, a assistência técnica deverá ser realizada por profissional especializado, de forma presencial ou remota, desde que os meios adotados se mostrem eficazes para a solução das eventuais ocorrências que impeçam ou restrinjam a utilização dos equipamentos.

6.6. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será aplicado.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)



7.1. Sustentabilidade:

7.1.1 A adoção de critérios de sustentabilidade na presente contratação visa promover o uso racional dos recursos públicos, reduzir impactos ambientais e assegurar maior eficiência ao longo do ciclo de vida dos equipamentos a serem adquiridos.

Serão priorizados equipamentos que apresentem maior durabilidade, eficiência no consumo de recursos e menor necessidade de substituição ou manutenção corretiva, contribuindo para a redução da geração de resíduos e dos custos operacionais da Administração.

Os critérios de sustentabilidade serão aplicados de forma proporcional e razoável, sem caráter restritivo à competitividade, em conformidade com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 0404/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

Ressalta-se que os critérios de sustentabilidade serão aplicados de forma proporcional e razoável, sem caráter restritivo ou eliminatório, preservando a ampla competitividade do certame e assegurando a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.1.2 Da vedação de contratação de marca ou produto: Não será exigido.

7.1.3 Indicação de marcas ou modelos: Não será exigido.

7.1.4 Vistoria Prévia (observado os § 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não será exigido

7.1.5 A apresentação de amostra e/ou demonstração dos serviços (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não será exigida a apresentação de amostra ou demonstração dos serviços. **Entretanto, no momento oportuno, junto à entrega da proposta ao pregoeiro, a empresa deverá encaminhar o folder do equipamento, contendo descrição detalhada do objeto, modelo, marca e demais informações técnicas pertinentes.**

8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021);

8.1. O prazo para entrega dos materiais será de até 15(quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da solicitação de entrega pela empresa contratada, condicionado à prévia emissão da Nota de Empenho.

8.2. O objeto do contrato deverá ser entregue nas dependências do almoxarifado da **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, situado a Rua Doutor João Guimarães - Centro - Trajano de Moraes - RJ**, de Segunda à sexta-feira, conforme solicitação posteriormente comunicada.

8.3. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias.

8.4. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

8.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).

9. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1. Em razão da previsão de fornecimento de entrega imediata, não se recomenda a adoção da exigência de garantia financeira para a futura contratação, visto, ainda, que em tese, os riscos que possam advir da sua execução não apontam proporcionalmente para potenciais prejuízos financeiros.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)



10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.

10.3. Garantir que a aquisição dos equipamentos solicitados produzam os resultados desejados, é essencial considerar um processo abrangente que cubra todo o ciclo de vida da aquisição.

Ao seguir esse ciclo de vida completo para a aquisição, a administração pública pode garantir que a contratação atenda efetivamente às necessidades administrativas e cumpra os planos traçados, garantindo transparência, eficiência e qualidade em todo o processo.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 0404/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Ficam indicados como futuros responsáveis pela fiscalização (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e pela gestão do contrato os seguintes servidores (se for o caso):

- **Fiscal do futuro contrato:** Robson Lima dos Santos – matrícula: 4171
- **Gestor do futuro contrato:** Robson Lima dos Santos – matrícula: 4171

12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

12.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)

13.1. A aquisição do objeto será realizada através de Sistema de Registro de Preços?

() SIM ou (X) NÃO

13.1.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos do **Art. 28, I c/c Art. 40, II e seguintes da Lei nº 14.133/2021**, garantindo assim a obtenção de propostas mais vantajosas economicamente. Este critério de julgamento assegura que a contratação será realizada com a proposta de menor valor por unidade, proporcionando uma gestão eficiente dos recursos públicos. Ademais, a metodologia de menor preço unitário fomenta a competitividade entre os licitantes e a transparência no processo de seleção. A escolha desse critério está em conformidade com a legislação vigente e os princípios de economicidade e eficiência.

13.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Da Habilitação Jurídica

13.2.1 No caso de Empresa Individual:

a) Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula no Registro Comercial, no caso de empresa individual;



13.2.2 No caso de Empresa Ltda. - S. A / Microempresa / Empresa de Pequeno Porte.

a) Apresentação do Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social) acompanhado das alterações subsequentes, no caso de inexistência de Contrato consolidado, e Ata de eleição da última Diretoria, se for o caso, todos devidamente arquivados na Junta Comercial, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade por ações;

13.2.3 No caso de sociedade civil.

a) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 0404/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

13.2.4 No caso de empresa estrangeira.

a) Decreto de Autorização, devidamente arquivado na Junta Comercial, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País.

13.2.5 No caso de cooperativa:

a) Ato Constitutivo (Ata da assembleia geral dos fundadores ou instrumento público) e os estatutos respectivos, devidamente arquivados na Junta Comercial;

b) Relação de todos os cooperados, contendo nome e qualificações completas (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço residencial, número da cédula de identidade e do CPF);

c) Assinatura, por todos os cooperados, de Termo de Compromisso de Responsabilidade Solidária, do presente Edital,

13.2.6 No caso de microempreendedor individual:

a) Documento de identidade com foto e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com>.

13.2.7 No caso de consórcio de empresas:

a). A comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b). Indicação da empresa líder do consórcio, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

c). A documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

d). A declaração de responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados em do consórcio, tanto nas etapas da licitação e quanto durante a vigência do contrato;

e). A declaração de compromisso de constituição e do registro do consórcio antes da celebração do contrato.

f) A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

13.2.8 Em todos os casos:

a) Declaração Conjunta - **Anexo V**.

Da comprovação da qualificação técnica

13.2.9 No mínimo 01 (um), atestados de capacidade técnica expedidos por entidades da Administração Pública ou Pessoa Jurídica de Direito Privado para os quais esteja ou tenha prestado serviços iguais e/ou semelhantes ao objeto deste edital, e que comprovem o desempenho satisfatório da prestação dos serviços.

13.2.2.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

13.2.2.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

13.2.2.5 A documentação apresentada deverá estar válida na data da sessão do certame, sob pena de inabilitação.



13.2.2.6 Declaração do Fornecedor

a) O licitante deverá apresentar **Declaração**, emitida em papel timbrado da empresa, assinada por seu representante legal, atestando que:

I – tem pleno conhecimento de todas as informações e condições locais relacionadas ao objeto da aquisição;

II – está ciente da quantidade de fornecimento da solicitação ou requisição;



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 0404/2026 FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

III – possui plenas condições técnicas, operacionais e logísticas para efetuar a entrega dos materiais determinadas pela Administração, conforme definido no Termo de Referência;

IV – compromete-se a cumprir integralmente as obrigações decorrentes da aquisição, em conformidade com o disposto no art. 67, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.2.7 Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.

13.2.2.7.1 a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF).

13.2.2.7.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.2.2.7.3 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.2.2.7.4 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.2.2.7.5 Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou da sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei ou certidão com restrição;

13.2.2.7.6 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.2.2.7.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.2.2.7.8 Prova de Regularidade com a Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;

13.2.2.7.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.2.3.5 Da Habilitação Econômico-Financeira

13.2.3.6 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

13.2.3.7 A certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

13.2.3.8 No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

13.3 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO:



13.3.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.3.2 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.3.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.3.4 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO: 0404/2026
				FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
TERMO DE REFERÊNCIA				
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO				

13.3.5 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

14.1. Consórcios

- Será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.
- As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante a Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes por todos os atos praticados pelo consórcio;
- Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

14.2. Cooperativas

- Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto. Não será permitida a subcontratação do objeto, uma vez que a contratação refere-se exclusivamente à **aquisição de cortador de grama**, caracterizando-se como fornecimento de bens indivisíveis, com garantia de fábrica e responsabilidade integral do contratado. A execução direta pelo fornecedor assegura a qualidade dos equipamentos, o pleno atendimento às especificações técnicas, a manutenção da garantia, bem como a adequada fiscalização e responsabilização contratual, em observância aos princípios da eficiência e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

16.1. O custo estimado preliminar da contratação é de **R\$ 14.356,40** (Quatorze mil, trezentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos).

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

17.1. A(s) dotação (ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é (são):

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO	FICHA
	21002781200261004	44905200	17040000	143

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Conforme explanado, constata-se que a solução mais adequada para o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer é a realização de certame licitatório, visando suprir a demanda da referida Secretaria.



18.2 O critério utilizado será o de menor preço unitário, por meio de Pregão Eletrônico.

19. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

19.1. Compõe como Anexos a este TR os seguintes documentos:
Anexo I – Memória de Cálculo.

Encaminha-se o presente Termo de Referência para	
---	--



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: 0404/2026
			FOLHA: _____ RÚBRICA: _____
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
<p align="center"> <input checked="" type="checkbox"/>PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO </p>			

<p>ciência e análise do (a) Secretário (a) da pasta. Este Núcleo de Planejamento informa que o referido Termo, foi realizado de acordo com as informações apresentadas no DFD (Documento de Formalização de Demanda), elaborado pela Secretaria solicitante.</p> <p>Trajano de Moraes, 30 de janeiro de 2026.</p> <p>Marcelo Dias Pinheiro Matrícula: 4428</p> <p>Renato Martins Bueno Matrícula: 4412</p>	<p>De acordo com Termo de Referência.</p> <p>Hugo Canes Peçanha de Moraes Matrícula: 15583 Secretário Municipal de Esporte e Lazer</p>
---	---

